

**Despacho n.º 69 REIT/2018****AUTONOMIZAÇÃO DA ACAL, NÚCLEO DE AQUISIÇÕES, CONTRATOS E APOIO LOGÍSTICO (À CONTRATAÇÃO)**

O Regulamento Orgânico dos Serviços da Universidade de Aveiro (Regulamento n.º 444/2009, publicado no Diário da República, 2.ª Série, de 12 de novembro), que contém o regime de organização e funcionamento dos Serviços da Universidade, prevê no n.º 3 do seu artigo 6.º: *«(...) os Serviços adoptam uma organização interna flexível e modular nos termos previstos no presente Regulamento, por forma a, em função das políticas e estratégias definidas nas sedes competentes, permitir a sua constante adaptação à envolvente interna e externa e às vicissitudes do tempo e da conjuntura que servem, designadamente pela inserção de cada módulo no desenho orgânico e na dependência hierárquica que em cada momento seja considerada a mais adequada»*. Por sua vez o n.º 6 do artigo 9.º seguinte dispõe: *«Quando tal se justifique, designadamente em função da especificidade, responsabilidade ou transversalidade das funções que lhes sejam cometidas, podem ser criadas por despacho do Reitor estruturas de segundo e ou de terceiro nível directamente dependentes do Reitor, de um Vice-Reitor ou do Administrador»*. E, na mesma linha, o n.º 3 do artigo 10.º: *«Nos regulamentos internos e nos parâmetros que aí forem estabelecidos, podem prever-se formas agilizadas de conformação das estruturas modulares flexíveis de segundo e terceiro níveis, por simples despacho do Reitor sob proposta do Administrador, ouvidos os dirigentes e ou chefias envolvidos»*. Todos os preceitos citados estando em consonância com os princípios de estruturação enunciados no artigo 7.º do mesmo Regulamento, designadamente, no que aqui mais releva, os das alíneas c) e d) do seu n.º 2: *«c) Princípio da flexibilidade, que visa assegurar e otimizar permanentemente, com agilidade e oportunidade, a adequação da organização aos objectivos a prosseguir em cada momento; d) Princípio da clareza e objectividade na definição da cadeia hierárquica e de responsabilidades»*.

Como acima se citou, subjacente ao Regulamento, seus princípios fundantes e teleologia assumida, está a intenção de *constante adaptação à envolvente interna e externa e às vicissitudes do tempo e da conjuntura que servem, designadamente pela inserção de cada módulo no desenho orgânico e na dependência hierárquica que em cada momento seja considerada a mais adequada*. Em correspondência, aliás, com a invocação, no Preâmbulo do Regulamento e a propósito da *ratio* que lhe presidiu, do artigo 46.º dos Estatutos da Universidade, cuja parte inicial do seu n.º 1 prescreve: *«[o]s Serviços no seu conjunto e cada Serviço em concreto têm a estrutura necessária e adequada à melhor satisfação dos fins institucionais a que servem de suporte (...)»*. A isso se acrescentando, ainda na parte preambular: *«Sendo que essa definição se há-de fazer de acordo com os princípios e critérios que o aludido preceito estatutário também enuncia «(...) devem reger-se por princípios de flexibilidade e adaptabilidade e critérios de agilidade, eficiência e proximidade aos utentes (...)», vinculação principiológica a que acrescenta uma nota dinâmica, não burocratizante e estável/estática, traduzida*

*na indicação peremptória (parte final do n.º 1 do artigo 46.º), que diz do modelo organizativo – dos Serviços no seu conjunto e de cada um deles em particular – dever ele «reflectir em cada momento o estágio de desenvolvimento institucional, as prioridades definidas pelos órgãos competentes e a relação com a sociedade envolvente».*

Assim, claro se torna que, volvidos quase dez anos sobre a entrada em vigor do Regulamento Orgânico e, também, perante uma nova fase da vida institucional ditada pela renovação dos mandatos do Reitor, sua Equipa Reitoral e Administração da Universidade, há que rever a conformidade das opções organizativas antes tomadas, de modo a, torna-se a transcrever, *«reflectir em cada momento o estágio de desenvolvimento institucional, as prioridades definidas pelos órgãos competentes e a relação com a sociedade envolvente»*. Isso se fará no mais curto prazo possível, intentando-se, também por essa via, dar, na estrita medida daquilo que o requeira, um novo impulso ao “desenho” dos Serviços, sua organização e forma de funcionamento, visando, em suma, a sua melhor operacionalização, eficiência e eficácia.

Sendo estes os pressupostos e objetivos que nortearão a revisão do Regulamento e que desde já aqui se anunciam, importa todavia, na linha do que se fez já em relação a outras estruturas de Serviços (Núcleo Jurídico, criação de embriões de estrutura de projeto ou a nomeação de um dirigente em regime de acumulação em duas Direções de Serviços, visando a preparação de nova estruturação de respetivas unidades), que o “aggiornamento” que em geral se visa seja antecipado, desde já, quanto à ACAL, área de Contratos e Apoio Logístico, estrutura que, até agora inserida nos Serviços de Gestão Técnica e Logística (SGTL), se considera dever deles autonomizar-se, formal e substantivamente. Isso porquanto se vem reconhecendo que a ligação interna a uns Serviços cuja especificidade “técnica e logística” requerem constantemente o apoio dessa mesma estrutura lhe retira o nível de autonomia, senão mesmo imparcialidade, que uma área tão relevante como a operacionalização dos procedimentos de aquisições e contratos decididamente recomenda. Ao que acresce a transversalidade desta área, que respeita, assim, a toda a Universidade, seus Serviços e também, senão primordialmente, às Unidades Orgânicas (lembre-se a investigação científica e a translação do conhecimento e seus produtos), o que igualmente aconselha a que tal unidade não se insira nuns Serviços tão específicos como aqueles dos quais atualmente está dependente. Além de que, e porventura não menos relevante, a ACAL se tem dado a si mesma o suporte técnico-legal nas várias fases e vertentes da sua atuação, desde a elaboração das peças dos procedimentos e acompanhamento dos processos de contratação pública até à fase contenciosa, pré e pós-contratual, o que se poderá em alguns casos reputar de potencialmente conflituante com são princípios de segregação de funções e importa prevenir, senão antes pelo menos aquando da revisão do Regulamento Orgânico.

Nesta conformidade – e aguardando-se reflexão mais aprofundada e tomada de posição definitiva sobre a matéria, o que se deixa para a discussão e aprovação da ulterior versão do referido Regulamento – entende-se que, tal como se fez em relação ao “Núcleo Jurídico”, entretanto colocado na dependência funcional da Administração, a ACAL deve seguir idêntico percurso, ou seja ser autonomizada dos SGTL e passar a reportar diretamente ao Administrador, *rectius* de quem por delegação exerce as respetivas competências. É o que se determina, pois, depois de um período de conversações entre as estruturas envolvidas e obtida a anuência da Administração e da Diretora dos Serviços de Gestão Técnica e Logística.

No exercício dos poderes que, em geral, me são conferidos pela Lei e pelos Estatutos da Universidade de Aveiro, em especial no exercício do poder que me é conferido pelo artigo 23.º, n.º 1 e n.º 3, alínea r), destes Estatutos, e ainda com fundamento nas disposições regulamentares acima invocadas, decido o seguinte:

1. A ACAL, (sub)área de Contratos e Apoio Logístico, subárea até agora integrada nos Serviços de Gestão Técnica e Logística, é autonomizada como um núcleo/estrutura modular diretamente dependente do Administrador da Universidade;
2. O Núcleo mantém a designação ACAL, como acrónimo de Aquisições, Contratos e Apoio Logístico (à Contratação), e as competências que lhe estão já cometidas, sem prejuízo das adaptações e conformações cuja introdução se venha a justificar;
3. Este Despacho vigora a partir da data da sua assinatura e até à entrada em vigor da revisão do Regulamento Orgânico da Universidade, devendo então equacionar-se, designadamente, a inserção, acervo de competências e coordenação da estrutura, tendo em vista a garantia de isenção, independência e segregação de funções especialmente exigíveis no caso;
4. Até à revisão a que se refere o número anterior a ACAL, internamente coordenada pelo Técnico-Superior Dr. Luís Miguel Godinho Ferreira Vaz Proença, fica sob a supervisão da Administração, a exercer mais diretamente pelo Adjunto do Administrador Dr. António José Flor Agostinho nos termos da delegação de competências que lhe está conferida nas áreas económico-financeiras.

Universidade de Aveiro, 12 de novembro de 2018

O Reitor

Professor Doutor Paulo Jorge Ferreira